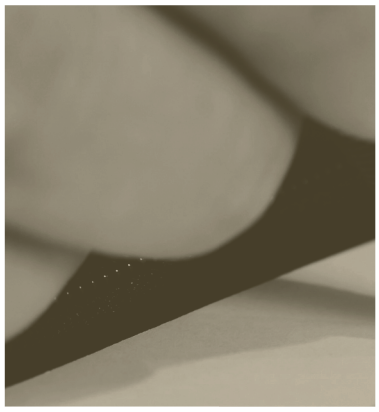
# LICENCIATURAS: CENÁRIOS E PROPOSIÇÕES



## Nota Técnica
ANEC 005 / 2018





ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

ANEC

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

**Este material é de uso exclusivo da**
**Associação Nacional de Educação**
**Católica do Brasil - ANEC**

# ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL - ANEC


## CONSELHO SUPERIOR
Ir. Irani Rupolo
(Presidente)
Pe. Mario Sundermann
(Vice-Presidente)
Ir. Cláudia Chesini
(Secretária)
Frei Gilberto Gonçalves Garcia
(Conselheiro Titular)
Ir. Iranilson Correia de Lima
(Conselheiro Titular)
Pe. João Batista Gomes de Lima
(Conselheiro Titular)
Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
(Conselheiro Titular)
Pe. Maurício da Silva Ferreira
(Conselheiro Titular)
Ir. Márcia Edvirges Pereira dos Santos
(Conselheiro Titular)
Ir. Ivanise Soares da Silva
(Conselheiro Suplente)
Pe. Josafá Carlos de Siqueira
(Conselheiro Suplente)
Mauro Peres Macedo
(Conselheiro Titular)
Ir. Amélia Guerra
(Conselheira Suplente)
Pe. José Marinoni
(Conselheiro Suplente)
Julia Eugênnia Cury
(Conselheira Suplente)

## DIRETORIA NACIONAL
Ir. Paulo Fossatti
(Diretor Presidente)
Ir. Adair Aparecida Sberga
(Diretora 1ª Vice-Presidente)
Ir. Natalino Guilherme de Sousa
(2º Vice-Presidente)
Ir. Marli Araújo da Silva
(Diretora 1ª Secretária)
Prof. Francisco Angel Morales Cano
(Diretor 2º Secretário)
Pe. Roberto Duarte Rosalino
(Diretor 1º Tesoureiro)
Frei Claudino Gilz
(Diretor 2º Tesoureiro)

## CONSELHEIROS PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS - CAEF
Pe. Ricardo Carlos
(Presidente)
Luiz Cezar Marques
(Conselheiro Titular)

## SECRETARIA EXECUTIVA
James Pinheiro dos Santos

## CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Roberta Valéria Guedes de Lima

## CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR
Fabiana Deflon dos Santos Gonçalves

## CÂMARA DE MANTENEDORAS
Guinartt Diniz Rodrigues Antunes

## SETOR PASTORAL/RELACIONAMENTO
Ir. Cláudia Chesini

## SETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO
Idelma Alves Alvarenga

## COORDENAÇÃO DE EVENTOS
Davi de Lira Varela Rodrigues

## SECRETÁRIA GERAL
Tatiana Parrine

## DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
Agência Bear.

## PRODUÇÃO EDITORIAL
ANEC/Agência Bear.

## REVISÃO TEXTUAL
Agência Bear.

## PROJETO GRÁFICO
Agência Bear.


ISBN nº 978-85-99725-78-8

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ..... 6
2 O CENÁRIO BRASILEIRO ..... 8
3 A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL ..... 8
4 O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O PÚBLICO DAS LICENCIATURAS ..... 12
5 POLÍTICAS E AÇÕES DE FOMENTO ÀS LICENCIATURAS E À FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE ..... 18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 21
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 23

**Nota Técnica CES - ANEC 005/2018**
**Assunto:** LICENCIATURAS: CENÁRIO E PROPOSIÇÕES

A presente nota técnica tem por objetivo apresentar o cenário das licenciaturas com dados do censo da educação superior, bem como, fazer uma reflexão com sugestões de possibilidades para termos uma formação de professores de qualidade.

## 1 INTRODUÇÃO

A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – ANEC, em sua missão de atuar em favor de uma educação de excelência, pautada pela qualidade, pelos valores da cidadania e da ética, visando à formação integral da pessoa humana, sujeito e agente de construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária e pacífica, apresenta esta Nota Técnica elaborada pelo Grupo de Trabalho - GT de Licenciaturas e Formação Continuada, endereçada ao Presidente da República, Representantes do Ministério da Educação, Presidente da CAPES, autoridades governamentais e a toda a sociedade brasileira.

O GT partiu do princípio de que, compreendendo mais amplamente o contexto das licenciaturas no Brasil, poderíamos, por meio do estudo mais aprofundado, trazer mais luz sobre os desafios que a educação nacional enfrenta, em especial as licenciaturas, apresentar proposições para juntos.

Nesse sentido, a perspectiva educacional, em que a ANEC acredita e defende, corrobora com os fundamentos defendidos na BNCC à medida que pressupõe a formação humana integral e emancipadorapensarmos em possíveis ações e caminhos, assim como solicitar medidas urgentes concernentes à formulação de políticas públicas, atos, legislação e atuações ações que viabilizem a continuidade com qualidade dos cursos de licenciatura e à formação continuada de docentes.

Nesse sentido, ressaltar a importância dos cursos de Licenciatura, da formação continuada dos professores e da qualidade de ambos processos para a sociedade brasileira. A partir da análise dos estudos realizados, compreende-se ser de extrema urgência que o MEC, o INEP, a CAPES, CNE e os demais órgãos competentes alinhem procedimentos e metodologias que garantam a viabilidade das licenciaturas em nosso país.

---

[1] O GT de Licenciaturas e de Formação Continuada integra as Câmaras de Ensino Superior e de Educação Básica da ANEC e objetiva fomentar reflexões sobre a potencialização dos cursos de Licenciatura, analisar e propor ações sobre a formação continuada dos professores da Educação Básica das instituições de ensino associadas à ANEC. O GT foi criado em fevereiro do corrente ano como um espaço de trocas de experiências, de ajuda mútua e de partilha de expertises entre profissionais e instituições que integram a Associação, promovendo debates, eventos acadêmicos e encontros virtuais e presenciais de caráter formativo.

A presente nota técnica objetiva explicitar, publicizar e compartilhar os contributos do debate realizado no âmbito do GT, bem como indicar algumas possibilidades de encaminhamentos e ações que podem contribuir para a superação das necessidades detectadas nesse cenário e que evidenciam as fragilidades ainda existentes no que diz respeito à formação inicial e continuada de docentes no país.

A queda acentuada na procura por parte de estudantes para cursar licenciaturas, a evasão nestes cursos e a precária formação inicial têm sido uma preocupação constante para os gestores da educação superior e básica. Em discussões deste GT, a percepção é de que o problema é profundo e complexo, envolvendo questões que vão desde as dificuldades com as condições de trabalho, as fragilidades e precariedades da formação, a questão salarial, até outros aspectos que compõem para uma situação que é consideravelmente agravada pelo desprestígio social que indiscriminadamente atinge os licenciados. Para corroborar esse entendimento, apresentamos alguns dados:

> (...) pesquisa desenvolvida por Gatti et al. (2010) mostrou a queda na procura por cursos de Licenciatura: "De 2005 a 2006, houve uma redução de 9,3% de alunos formados em Licenciatura. A situação é mais complicada em áreas como Letras (queda de 10%), Geografia (menos 9%) e Química (menos 7%). Faltam professores de Física, Matemática, Química e Biologia" (GATTI et al., 2010, p. 149).
>
> Sobre isso, o relatório Escassez de professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais, elaborado por comissão designada pelo Ministério da Educação (MEC) para estudar medidas que visem reduzir o déficit de professores do ensino médio no Brasil, estimava uma demanda de cerca de 700 mil professores para atender ao segundo ciclo do Ensino Fundamental e Ensino Médio (BRASIL, 2007).

Avaliamos, entretanto, que os Programas voltados para a formação de professores, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica, são importantes iniciativas para a manutenção dos estudantes nos cursos, para a aproximação com a realidade da escola e seus desafios, e para a qualificação da formação, além de servir de incentivo para combater o desinteresse pela docência. Infelizmente, o alcance dos Programas é restrito e a realidade do interesse pela carreira docente permanece em declínio significativo, revelando uma demanda aquém do número de vagas ofertadas e insuficiente para atender à necessidade de professores com formação mínima adequada ao trabalho docente.

No que tange à formação de professores, cabe ainda destacar que, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o sucesso na sua implementação exigirá repensar os investimentos nessa formação, tanto inicial quanto continuada, além da reflexão acerca de políticas indutoras e formativas no delineamento de proposições concretas para garantia da formação de professores da Educação Básica. Formação que necessita ser realizada com inovações metodológicas atinentes às novas demandas das

infâncias e das juventudes, considerando também o mundo do trabalho e a vida. O mundo contemporâneo demanda por um trabalho inter e transdisciplinar que influenciará, sem sombra de dúvidas, nos currículos das licenciaturas, na formação inicial e continuada, além de impactar no processo de implementação da Base na Educação Básica.

Esta Nota Técnica tem por objetivo fomentar o desenvolvimento de novas políticas públicas e ações que promovam a mudança necessária. É um esforço que busca somar-se às iniciativas do poder público, da sociedade, dos profissionais da educação, de Instituições de Ensino Superior e de seus professores. As instituições católicas de educação, representadas pela ANEC, se colocam prontamente à disposição para colaborar e dispor dos esforços necessários para a materialização de políticas educacionais com uma concepção abrangente de formação e valorização dos profissionais da educação.

## 2 O CENÁRIO BRASILEIRO

A Nota Técnica é fruto da análise da situação das associadas ANEC em relação ao contexto das licenciaturas no Brasil. Os dados aqui apresentados tiveram como fontes o Censo da Educação Superior (2012 a 2017), o Mapa do Ensino Superior 2018 da SEMESP, Dados públicos do INEP, Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais 2018 (do INEP) e dados advindos das formações desse GT. A reflexão proposta considera, além das análises dos dados, o debate do GT com intelectuais de Universidades privadas e públicas.

Ao observar o contexto das IES associadas à ANEC, atualmente, verificamos que, das 90 associadas, 64 possuem cursos de licenciatura, perfazendo 71,1% do total de associadas, com um número total de 40.706 estudantes matriculados. Para a educação católica, um dos traços de sua identidade é o compromisso assumido com a importância do papel social da docência e a responsabilidade com a excelência em sua formação. Inegavelmente, as instituições educacionais católicas possuem significativo impacto na educação nacional.

Como forma de organizar a apresentação das dessas reflexões, discussões e proposições foram definidos 3 eixos de análise: (1) A proposta da Educação Básica no Brasil; (2) O professor da Educação Básica e o público das licenciaturas; e (3) Políticas e ações de fomento às licenciaturas e à formação continuada docente.

## 3 A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Observe-se que as licenciaturas são responsáveis pelo desenvolvimento de professores que atuarão na formação de crianças, jovens e adultos na educação básica (e que também podem dar continuidade na Educação Superior); que essa formação precisa propiciar o desenvolvimento a esse público (crianças, jovens

e adultos) de competências e habilidades para a vida e para o mundo do trabalho; que é impossível que os licenciados desenvolvam competências e habilidades em alunos para atuarem nos atuais cenários e tendências locais e globais sem estarem contextualizados/atualizados, sem conhecerem as novas tecnologias e como elas podem ajudar a esses alunos a criarem soluções sociais por meio de seu uso, há a necessidade urgente de mudar o foco da formação dos professores nas Instituições de Educação Superior.

Destaca-se que um dos pilares para que essa mudança ocorra implica a valorização de organizações curriculares e estratégias didático-pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades e competências que qualifiquem ainda mais os discentes dos cursos de licenciatura. Frisa-se por oportuno, que os pressupostos para isso é a aproximação mais intensa entre o ensino básico e o ensino superior, em dupla contribuição e influência no fazer pedagógico.

Com o objetivo de analisar que as oportunidades e desafios do mundo do trabalho e da vida são interdisciplinares e transdisciplinares, as IES precisam desenvolver competências para o ambiente externo a ela. Precisam mobilizar experiências em seus licenciandos que permitam a estes o desenvolvimento, em seus futuros alunos, de competências que gerem soluções para as situações- problema da vida e do mundo do trabalho. A importância da tecnologia diante da complexibilidade da docência em todas as áreas do conhecimento é relevante frente ao processo de profissionalização e competitividade que se apresenta na sociedade contemporânea.

A atuação do professor que é, essencialmente, produtor e disseminador de conhecimentos, apresenta ainda algumas características diversas do que constitui o novo perfil da prática educacional ora pertinente. As dúvidas, os anseios, os conflitos que perpassam a relação que o professor deve ter com sua própria competência constituem uma problemática que interfere com sério grau de importância no processo de aprendizagem, uma vez que nem todos os profissionais da educação estão aptos para a atual ausência de limites entre o estudo e o trabalho, para produzir o seu conhecimento e promover essa construção junto aos seus alunos, buscando também a politécnica, preparando-os para interagir em diversos ramos das ciências, para o cultivo do novo, da criação, conforme exige também a constante e veloz transformação que tem ocorrido em todas as áreas do conhecimento e não só no mercado de trabalho.

As instituições estão sendo cada vez mais questionadas quanto a sua capacidade, importância e competência, fatos que levam a mudanças que por sua vez exigem outras mudanças, que levam às rápidas transformações que a sociedade percebe (WEBER, 2002).

Essa formação inicial e continuada precisa propiciar o desenvolvimento a esse público (crianças, jovens e adultos) de competências, habilidades, atitudes, valores e saber conviver - CHAVE para a vida, para o exercício pleno da cidadania e para o mundo do trabalho, portanto é o que nomeamos de educação

integral. Torna-se muito difícil que os professores desenvolvam processos de ensino com foco em aprendizagens significativas e pautadas na formação integral, preparando assim os estudantes para atuarem nos atuais cenários e tendências locais e globais, sem estarem preparados academicamente e pedagogicamente, atualizados e antenados à vida global, sem conhecerem as novas tecnologias trazidas pela 4ª Revolução Educacional e como elas podem ajudar a esses alunos a criarem soluções sociais por meio de seu uso.

Desta forma, teremos profissionais mais bem preparados e, consequentemente, o que se percebe é que há a necessidade urgente de mudar o foco da formação dos professores nas Instituições de Ensino Superior – IES para que tenhamos profissionais competentes academicamente, profissionalmente, emocionalmente e socialmente. Por isso, é preciso repensar as políticas públicas de educação.

> A competência também é um fator-chave nas políticas públicas de educação, desenvolvimento econômico e social. A Conferência Mundial sobre Educação Superior promovida pela UNESCO ( United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) em 1998 objetivou propor uma melhor articulação entre a formação educacional e as demandas do mundo do trabalho, com foco no desenvolvimento socioeconômico. Os estudantes universitários precisavam adquirir competências gerais que permitissem o desenvolvimento pessoal, o exercício da cidadania, a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho. Habilidades sociais e de comunicação, trabalho em equipe, criatividade, manejo da diversidade cultural e capacidade de assumir responsabilidades e riscos foram consideradas competências-chave para a capacitação de jovens. (p. ex., Cheetham & Chivers, 2000; Jones, 1996).
>
> Em geral, os modelos de competências profissionais apresentam dois focos. O primeiro recai sobre as competências profissionais básicas a qualquer atividade, facilmente transferíveis de um contexto para outro. O segundo refere-se às competências socioemocionais, que se situam no domínio de processos afetivoemocionais, pessoais e interpessoais. As competências básicas asseguram um nível de domínio transversal, que permite ao futuro trabalhador mobilizar seus recursos pessoais no nível do saber (conhecimento), do fazer (aplicação técnica) e do querer (atitudes e valores), adaptando-os ao contexto de trabalho mais imediato. As competências socioemocionais, a seu turno, funcionam como via pela qual as demais competências são expressas e desenvolvidas. Em outras palavras, o domínio de aspectos motivacionais e afetivos, em si e nos outros, assegura a aprendizagem, o desenvolvimento e a transferência dessas capacidades para outros contextos laborais (GONDIM; MORAES; BRANTES, p. 1, 2014)

---

[2] O essencial em todo esse movimento é a mudança no próprio papel dos sujeitos envolvidos nos processos educativos. Isso é o que configura a terceira dimensão de sustentação da quarta revolução educacional: a relação entre docentes e estudantes. O que autores como Shulman (2004) e Weimer (2002) apontam é que a relação ensino aprendizagem deve sofrer uma inversão, deixando tal processo de centrar-se no ensino e centrando-se na aprendizagem e no protagonismo do sujeito da educação (novamente, sem estabelecer dicotomias). Nessa concepção, a construção dos conhecimentos pressupõe um sujeito ativo, que participa de maneira intensa e reflexiva dos processos educativos. Um sujeito que constrói sua inteligência, sua identidade e produz conhecimento atravéspor meio do diálogo estabelecido com seus pares, com os professores e com a cultura, na própria realidade cotidiana do mundo em que vive. Refiro-me, portanto, a alunos que são autores do conhecimento, e não meros reprodutores daquilo que já foi produzido. E, também, de um novo papel para os professores que, de únicos detentores do conhecimento, passam a ser também mediadores do processo.

Tal mudança implica na valorização de organizações curriculares e estratégias didático-pedagógicas para o desenvolvimento CHAVEs que qualifiquem ainda mais os discentes dos cursos de licenciatura. Um dos pressupostos para isso é a aproximação mais intensa entre o ensino básico e o ensino superior, em dupla contribuição e influência no fazer pedagógico. Percebe-se que mesmo com a existência dos estágios obrigatórios, existe um abismo entre o currículo colocado em prática na educação básica para o currículo praticado nas licenciaturas. Portanto,

> (...) se dentro da universidade se verificam separações estanques entre os que se voltam para questões de pesquisa e os que se voltam para questões de educação, não é de se estranhar a grande separação entre ela (universidade) e os sistemas de ensino da educação básica, para os quais ela se encarrega de formar professores. Como haveria ela de se desincumbir a contento dessa missão, se não existe uma ponte ligando essas duas realidades, na qual o tráfego deveria ser, aliás, intenso? O que se percebeu, mais uma vez, por meio da pesquisa, foi que se trata de dois universos , inteiramente distintos entre si. Os professores, formadores de futuros educadores para a educação básica, não têm uma visão sequer razoável da realidade desses sistemas de ensino e não têm, em sua maioria, nenhuma vivência nele, como professores (LÜDKE, Menga, p.97, 2009)

É importante que as IES desenvolvam competências para o ambiente externo a ela. Precisam mobilizar experiências em seus licenciados que permitam a estes o desenvolvimento, em seus futuros alunos, de competências que gerem soluções para as situações-problema da vida e do mundo do trabalho (que tecnologias? Que demandas sociais? Que mercado? Que mundo do trabalho? Que empregos? Quais necessidades atuais e futuras? Que habilidades socio-emocionais?). É urgente a preocupação com a formação de profissionais educadores relevantes localmente e globalmente... para fazer a diferença na sociedade. Portanto, é importante inovar os currículos pensando na experiência de aprendizagem dos alunos das licenciaturas e dos alunos desses licenciados.

Desde sua publicação, em 1º de julho de 2015, a Resolução 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, teve prazo de implementação prorrogado por duas vezes - o que acarretou e acarreta um cenário incerto quanto ao oferecimento dos cursos de licenciatura. Observamos, por exemplo, a oferta de cursos com carga horária total distintas (2.800 e 3.200 horas), cujas propostas pedagógicas e matrizes curriculares respondem a diferentes orientações e diretrizes.

Tal situação, além das divergências na formação inicial, também impacta negativamente o ingresso de estudantes nos cursos, em especial naqueles que realizaram reformulação para atender à Resolução 02/2015, uma vez que, dentre outros aspectos, apresentam tempo de integralização maior.

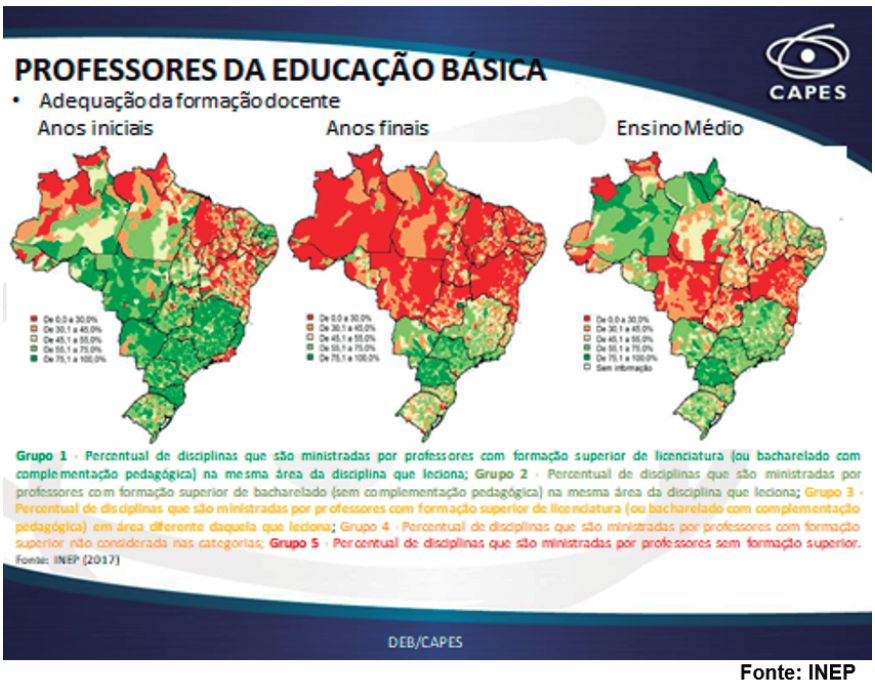
Em relação à Resolução em questão, avaliamos como importante a reflexão e as definições apresentadas no documento, especialmente no que tange ao cuidado com a formação didático-pedagógica do professor e à preocupação com a valorização profissional. É preciso considerar, entretanto, que será necessário revisar o documento de forma que este venha a atender às demandas e às especificidades do recente marco legal da Educação Básica (Diretrizes Curriculares Nacionais, Base Nacional Comum Curricular e Reforma do Ensino Médio).

Nesse sentido é uma ação prioritária e urgente a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores à luz do contexto social, das mudanças propostas pela BNCC e pela necessidade que tenhamos uma política pública de Nação com foco na educação de qualidade social.

## 4 O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O PÚBLICO DAS LICENCIATURAS

Para análise deste eixo, apresentam-se abaixo os dados referentes à adequação da formação docente da Educação Básica no Brasil apresentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - 2017).

O mapa surpreende no sentido da inadequação de formação que temos no Brasil, fundamentalmente no que diz respeito aos docentes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No entanto, essa é a realidade expressa em dados recentes que evidenciam a falta de adequação na formação de docentes em serviço, revelando, assim, a lacuna causada pela ausência de cursos de licenciaturas em determinadas regiões do País.




**Fonte: INEP**

Observa-se que há professores com formação superior atuando nos anos iniciais do Ensino Fundamental em grande parte do território nacional. Infere-se que isso ocorra pela alta quantidade de profissionais que se formam em Pedagogia, licenciados aptos a atuarem nesses anos, como mostram os dados do CENSO 2017 do INEP. Ainda assim, temos poucos profissionais licenciados atuando na região nordeste e nos extremos norte de Amazonas, Roraima e Amapá. Nesses Estados, pode-se observar que há ainda um considerável percentual de profissionais sem formação no ensino superior.

Por outro lado, percebe-se que nos anos finais do Ensino Fundamental temos um quadro de “desertificação de licenciaturas”, ou seja, ausência/esvaziamento de profissionais com formação superior para ministrar componentes curriculares específicos nas regiões norte e nordeste. Os índices, nesse caso, não ultrapassam a 30%. Nessa região, quando os números de profissionais com formação superior se elevam, não atingem mais que 45%. Tais dados podem ser verificados a partir da leitura do mapa "Professores da Educação Básica" (INEP, 2017). Talvez essa seja uma das maiores precariedades na formação do estudante do Ensino Fundamental, visto que a ausência de formação superior de profissionais lecionando nesses Estados é relevante. Ou seja, nesse contexto temos professores atuando nas salas de aula sem a formação legalmente necessária para exercer a função em relação às especificidades das áreas.

Salienta-se, por oportuno, que nos anos finais do Ensino Fundamental temos componentes curriculares que são ministrados por profissionais licenciados em áreas mais específicas, como Biologia, Química, Física, História e Geografia. E, conforme mostra o CENSO 2017 do INEP, há bem menos oferta de cursos de Licenciatura voltados para essas áreas, notadamente nas regiões norte e nordeste. Como consequência, temos poucos profissionais licenciados em áreas mais específicas atuando nos anos finais do Ensino Fundamental nessas regiões. Porém, é possível perceber que há mais professores com formação em licenciatura atuando no Ensino Médio (que também exige formação em áreas mais específicas) nessas mesmas regiões. Nesse caso, pode-se atribuir ou pressupor que o fator “remuneração” também esteja contribuindo para o cenário apresentado, uma vez que muitos profissionais licenciados, formados nas áreas específicas ou bacharéis com complementação pedagógica, parecem ter maior interesse em atuar no Ensino Médio, por conta de salários mais interessantes do que aqueles oferecidos nos anos finais do Ensino Fundamental.

Dessa forma, o aumento do número de professores com formação em licenciaturas, atuantes nos anos finais do Ensino Fundamental, passa tanto por uma melhor oferta de cursos superiores em licenciaturas de áreas mais específicas quanto pela melhor valorização (social e financeira) desses profissionais.

Analisando as carências e as potencialidades nos anos finais do ensino fundamental de cada uma das regiões, clamamos ao presidente eleito que sejam mobilizadas ações urgentes e efetivas para ampliar a oferta de formação específica nas modalidades presencial e em EAD, especialmente no Norte, em parte do

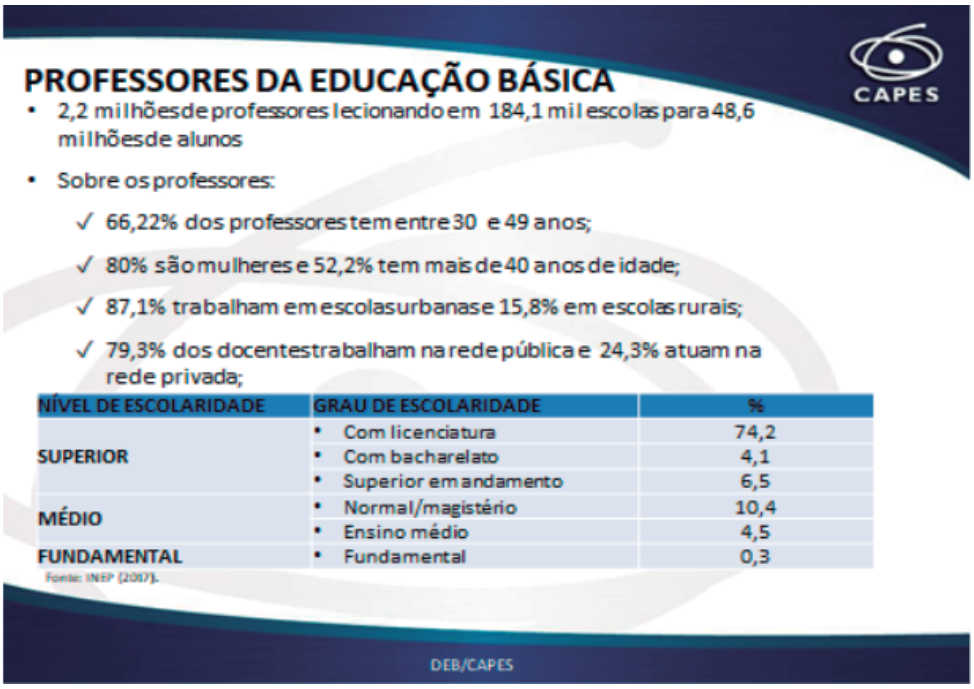
centro-oeste e no interior do Nordeste com vistas à melhoria da formação superior em regiões já historicamente desfavorecidas em relação à educação e para aumentar os índices de acesso a uma educação qualificada.

Em relação às associadas da ANEC que oferecem cursos de licenciaturas, também se observa que há uma oferta menor desses cursos nas regiões norte e nordeste do país. A tendência de menos ingressantes na maioria dos cursos de nossas associadas nessas regiões, entre os anos de 2012 e 2016, pode estar ligada também à baixa oferta. Olhando para o Mapa do ensino Superior 2017, do SEMESP, as regiões do Brasil com menor oferta de IES está no norte e centro-oeste.




**Fonte: Mapa do Ensino Superior. SEMESP, 2017**

Evidentemente, quando se apresenta a questão de adequação de formação docente, não se situasse somente em políticas públicas e ações para ampliar a oferta de cursos de licenciatura no Brasil, mas também de atualização, de contextualização e de formação continuada desses docentes para atuarem em áreas específicas. Os dados abaixo chamam a atenção para a urgente formação continuada dos professores.




**Fonte: Censo da Educação Básica 2017**

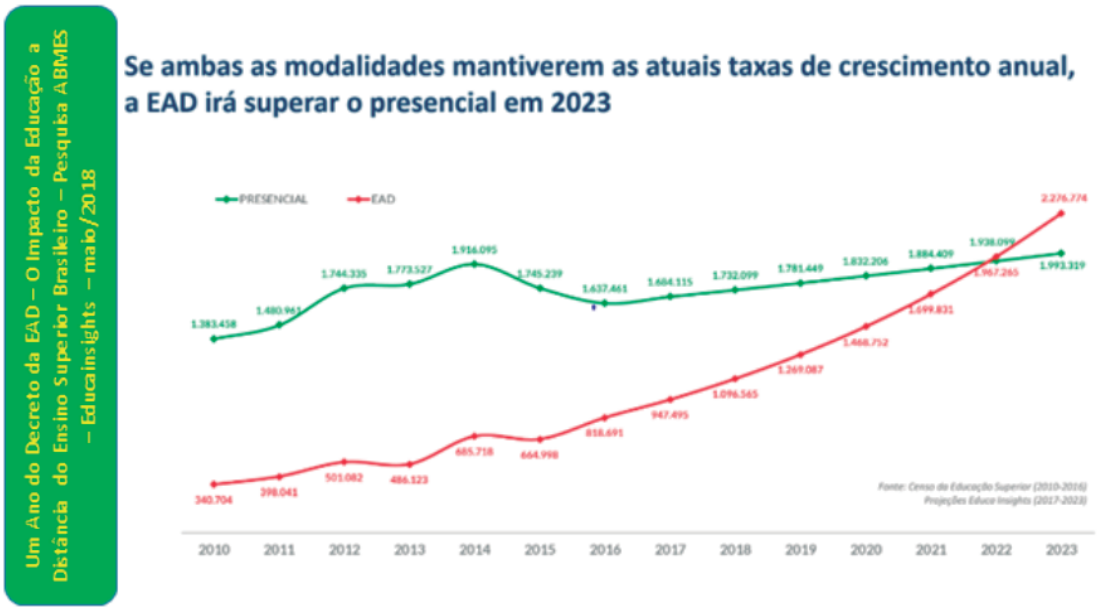
Segundo o Censo do ano de 2017, a faixa etária dos professores da Educação Básica no Brasil está, majoritariamente, entre 30 e 49 anos de idade, ou seja, 66,22%, ou, em números inteiros, 1.456.840. O Censo de 2017 traz que o número total de professores da Educação Básica no Brasil é de 2,2 milhões impactando 48,6 milhões de alunos. Chama-se a atenção para esses dados no sentido de que é indiscutível a necessidade de formação continuada desses professores. Analisando ainda que, dos 2,2 milhões de docentes lecionando na Educação Básica, no Brasil, 79,3% estão na Rede Pública, o estudo propõe que as políticas públicas de incentivo à formação continuada de professores da rede pública sejam em parceria com as IES públicas primeiramente e, via incentivo, com as IES comunitárias, filantrópicas e particulares. Tal ação poderia mobilizar a atualização/aproximação das licenciaturas com as demandas do público da educação básica.

A análise dos dados revela um quadro que parece ser ainda mais preocupante, pois um percentual expressivo dos professores da Educação Básica, está quase em fim de carreira. Assim, tendo em vista que o ingresso nas licenciaturas é menor do que a demanda, a perspectiva é de que, muito brevemente, não haverá profissionais com formação específica para atuarem em escolas da rede pública ou privada, o que, em algumas localidades, já é realidade. Logo, pode-se afirmar que temos uma crise da formação docente devido a todos os fatores apresentados ao longo das análises supracitadas.

Portanto,

> (...) o debate sobre a formação de professores apresenta, ao longo dos anos, elementos de conservação e de mudança. A recorrência de alguns temas nesse debate nos dá a impressão de estarmos discutindo os mesmos problemas durante anos e mesmo décadas, sem, no entanto, conseguir solucioná-los; essa sensação parece ser ainda mais forte no debate específico sobre a problemática das licenciaturas. Ao mesmo tempo, é possível perceber o surgimento de novos temas, novas questões, novas maneiras de pensar a formação docente que parecem apontar para "novos rumos", tanto para a formação de professores em geral como, especificamente, para os cursos de licenciatura. Porém, é preciso enfatizar que as mudanças na maneira de pensar a formação de professores não garantem mudanças, alterações e inovações imediatas nos cursos de formação docente, especificamente nas licenciaturas. A efetivação de mudanças nesse âmbito parece ser mais lenta e seguir um caminho mais complexo.
>
> [...]
>
> A dificuldade de os alunos manterem o seu sustento durante a graduação,4 a baixa expectativa de renda em relação à futura profissão e o declínio do status social da docência fizeram que os cursos de licenciatura, tanto em instituições públicas como privadas, convivessem com altíssimas taxas de evasão e, por via de consequência, permanecessem em constantes crises.
>
> [...]
>
> ainda dentro da discussão sobre a crise da profissão docente no Brasil, que não podemos nos esquecer do princípio da indissociabilidade entre a formação e as condições adequadas para a realização do trabalho docente: salários dignos, autonomia profissional, dedicação exclusiva a uma única escola, pelo menos um terço da jornada de trabalho para planejamento, reflexão e sistematização da prática, estudos individuais e coletivos, salas de aula com um número reduzido de alunos. Do contrário, poderemos assumir, de um lado, uma posição de que tudo de ruim que existe na educação escolar acontece devido aos professores e sua "má formação" (tese da culpabilização) ou, de outro, a postura de que os docentes não têm nada a ver com os problemas atuais da escola, sendo, portanto, apenas vítimas de um sistema social e educacional perverso e excludente (tese da vitimização). Tais posições – a primeira, em geral, adotada pelas secretarias de educação e a segunda, pelos sindicatos dos professores – são pouco produtivas e pouco contribuem para o avanço desse debate (DINIZ PEREIRA, p. 36 -51, 2011)

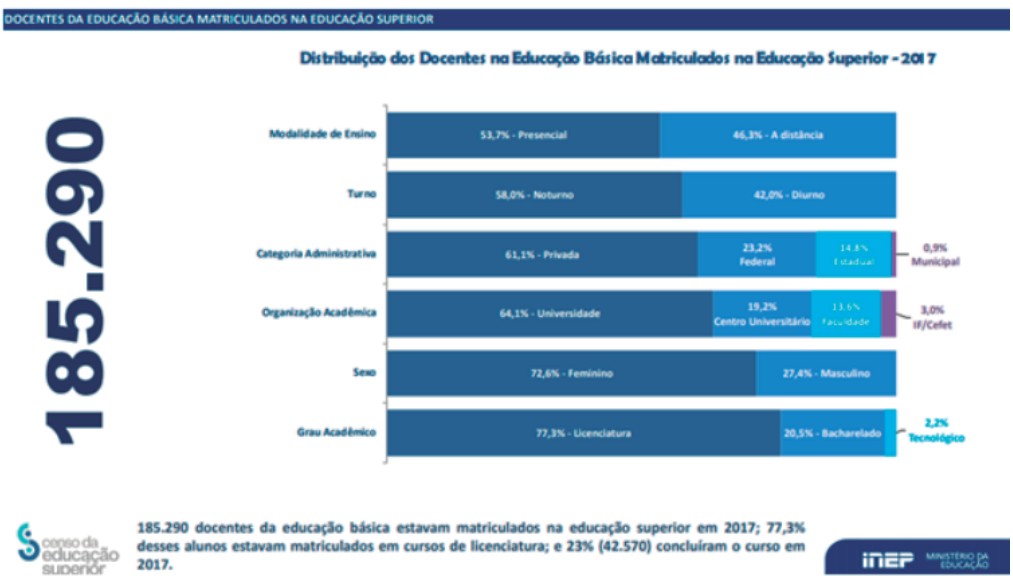
A relação de matrículas nos cursos de graduação na modalidade EAD também deve ser considerada. Conforme o Censo 2016, o ranking por matrícula dos 10 maiores cursos EAD em IES privadas aponta a Pedagogia como o 1° lugar; Educação Física 6°; Letras 8°.  E, segundo pesquisa da ABMES de maio de 2018, o número de matrículas nos cursos de graduação na modalidade EAD superará o número de matrículas na modalidade presencial no ano de 2023. O que o poder público fará para garantir equidade na qualidade do perfil do egresso nessas duas modalidades? Como mensurar a qualidade das práticas docentes e estágios supervisionados? São questões que incomodam os gestores educacionais.




**Fonte: CENSO,2017**

No ano de 2017, o Censo registrou 185.290 professores da educação básica matriculados na Educação Superior e, desse total, 46,3% na modalidade a distância. Ainda do número total, 77,3% dos estudantes estão matriculados em cursos de licenciatura. Tais números chamam a atenção para a necessidade do presidente eleito olhar para o incentivo público ou ações para prover a adequação de formação desses professores, garantindo a qualidade seja qual for a modalidade que estiverem cursando.

Os dados abaixo fornecidos pelo INEP também demonstram que 61,1% dessas matrículas são nas IES privadas.



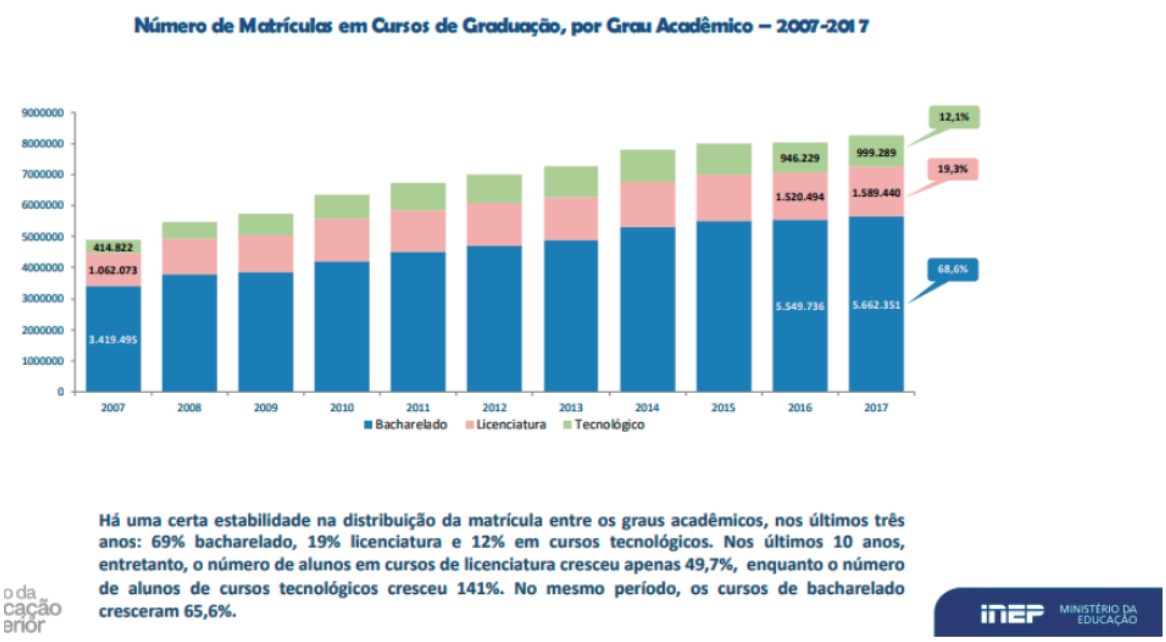

**Fonte: INEP,2018**

Neste sentido, fica claro a importância dos cursos de licenciatura das IES privadas para a ocupação de vaga de professores tanto na rede pública como privada do país. Porém, nenhuma política pública que favoreça ou diferencie ações que possam trazer algum benefício para as IES privadas que ofertam licenciaturas.

## 5 POLÍTICAS E AÇÕES DE FOMENTO ÀS LICENCIATURAS E À FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

A partir da análise dos dados do Censo 2017, a rede privada de educação superior é responsável por uma fatia considerável de alunos matriculados, ou seja, 75,3% do total de 8.286.663 alunos. Segundo os dados apresentados pelo mesmo Censo, de cada 4 alunos matriculados na graduação no Brasil, 3 estão na rede privada. Outro dado a considerar é que do público total de alunos graduandos, 19,3% é de matriculados em cursos com licenciatura, a saber, 1.589.440 alunos. É um número significativo, mas notadamente pequeno no universo de quem busca a graduação no Brasil. Analisando os 10 últimos anos de matrícula na Educação Superior no Brasil, a maior queda em grau acadêmico é nas licenciaturas.

| Ano | 2007 | % | Ano | 2017 | % |
|---|---|---|---|---|---|
| Tecnológico | 414.822 | 8% | Tecnológico | 999.289 | 12% |
| Licenciatura | 1.062.073 | 22% | Licenciatura | 1.589.440 | 19% |
| Bacharelado | 3.419.495 | 70% | Bacharelado | 5.662.351 | 69% |
| TOTAL | 4.896.390 | 100% | TOTAL | 8.251.080 | 100% |



Portanto, é urgente que se tenha uma ativa, dinâmica e bem comunicada política nacional para atualização/mudanças dos currículos das licenciaturas e, concomitantemente, uma política nacional de formação de professores com programas que atendam aa formação inicial e a formação continuada se comprometendo com o processo de expansão e a qualidade do Ensino Superior.

É fundamental destacar a importância da discussão em torno do Parecer (CNE/CP 2/2015) e da Resolução (CNE/CP 2/2015) que definem as diretrizes para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica, no que concerne a institucionalização de projetos próprios de formação inicial e continuada.

Nessa direção, é importante uma ampla e permanente discussão das dimensões, dos fatores e das condições de implementação e definição no cumprimento da Resolução (CNE/CP 2/2015), tendo por referência a concepção formativa da política de formação dos profissionais para o magistério da Educação Básica e, desse modo, alinhar o oferecimento das licenciaturas.

Face à complexidade do oferecimento dos cursos de licenciatura, bem como as diferentes matrizes curriculares, respectiva carga horária e a postergação dos prazos para o cumprimento da Resolução CNE/CP n. 2/2015, destaca-se urgência de uma decisão que garanta a centralidade das diretrizes para a formação inicial e continuada tendo como referência a valorização dos profissionais da educação envolvendo, de modo articulado, questões e políticas atinentes à formação inicial e continuada, à articulação entre educação básica e superior, carreira, salários e condições de trabalho no país.

A expectativa em relação à política de formação traduz a efetivação da articulação, entre as ações das instituições de ensino superior, formadoras, os sistemas de ensino e o MEC, para a articulação de estratégias e políticas específicas de formação inicial e continuada. Entende-se que a política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação direcione ações efetivas que expressam a garantia do oferecimento dos cursos de licenciatura.

Sabe-se do desafio de incorporar um conjunto de propostas e demandas estruturais que exigirão políticas e ações institucionais para assegurar a efetividade dessa formação, mas destaca-se a urgência da efetivação da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, na organização e efetivação de um regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em estreita articulação com os sistemas, redes e instituições de educação básica e superior, que corrobore com a formação dos profissionais da educação básica.

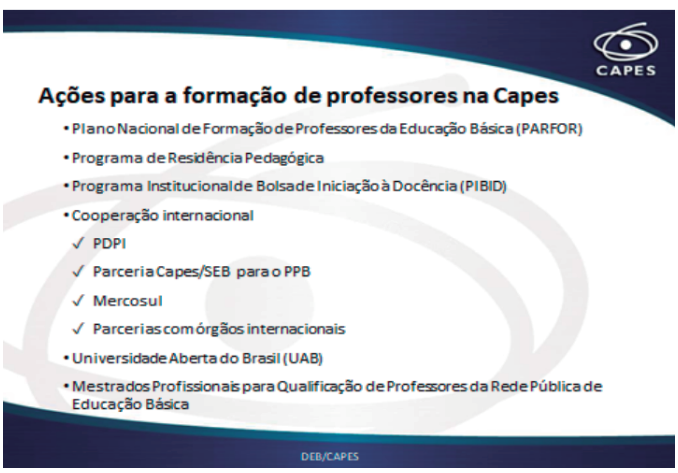
No cenário educacional analisado, entende-se que as questões atinentes à qualidade da educação e à valorização dos profissionais da educação indicam que para avançar na superação dos desafios da educação

brasileira precisamos de esforços conjuntos na implantação e no desenvolvimento das políticas educacionais que favoreçam as condições de formação e qualificação desses profissionais, tendo em vista o compromisso com a formação acadêmica que dialogue com a realidade das instituições e com as necessidades e condições concretas de trabalho dos profissionais da educação.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica são programas de incentivo que integram as políticas de formação de professores. Reafirma-se a necessidade de garantir os direitos assegurados na manutenção e ampliação dos respectivos programas no campo da política pública de formação de professor. A participação dos acadêmicos das licenciaturas nos respectivos programas mobiliza saberes específicos da profissão, utilizados e produzidos por eles mesmos no âmbito das instituições educativas em uma atitude crítica e investigativa, por meio de uma imersão na realidade das escolas de Educação Básica, construindo no cotidiano da escola, da universidade e do programa uma ação de ensino que resulta na aprendizagem acadêmica.

Salienta-se que a mudança de exigência de números de alunos participantes dos Programas PIBID e Residência Pedagógica para 24 alunos e não 10 como era antes para um subprojeto ou fazer um subprojeto misto tem impedido que licenciaturas com poucos alunos possam participar. Também se chama a atenção para a possibilidade de alunos de cursos de licenciatura na modalidade EAD possam participar desses programas.

Segundo a Diretoria de Educação Básica da CAPES, as ações para formação de professores desenvolvidas por eles são disponibilizadas não apenas para os professores da rede pública, mas também para os docentes da rede privada sem fins lucrativos. Se essas ações estiverem atualizadas com as demandas da sociedade contemporânea e o Mundo do Trabalho como fazemos para potencializar seu uso pelas escolas públicas e privadas sem fins lucrativos? Ainda, como fazemos para que os mestrados profissionais estejam lotados fundamentalmente nas regiões do país onde a formação é mais frágil?




Fonte: DED/CAPES, 2018

Portanto, é importante o desenvolvimento de políticas que estimulem maior carga horária e, consequentemente, maior dedicação do professor nas escolas, possibilitando maior permanência, a dedicação ao planejamento, o engajamento e a realização de projetos inter e transdisciplinares. Para tanto, a efetivação de uma formação continuada consistente como premissa das instituições educacionais (indicador de qualidade) é um importante caminho a ser trilhado.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta nota técnica apresenta alguns elementos do cenário da educação nacional, com o intuito de que o poder público possa desenvolver estratégias mais efetivas para as políticas de formação de professores e que estas caminhem para o desenvolvimento das licenciaturas.

Segundo o Banco Mundial, o conhecimento é a base do desenvolvimento econômico de um país. Não são os recursos naturais nem o capital que fundamentam o desenvolvimento. Os países que descobriram isso, despontam como economias mais evoluídas. Dessa forma, é preciso que as autoridades públicas reservem incremento econômico para o conhecimento e inovação.

Somados à complexidade e às dificuldades apresentadas estão análises dos Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, publicadas em novembro de 2018, pelo INEP. No artigo “Perfil do Licenciado e sua escolha pela carreira docente”, a pesquisa aponta que “a carreira docente atrai estudantes de licenciatura de nível socioeconômico menos favorecido e com menor nível de conhecimentos gerais e de desempenho no ENEM” (p.114). E, ainda, “que os licenciados e professores da educação básica mais frequentemente ingressam em pedagogia, cursam IES privadas e cursos a distância do que os licenciados não docentes” (p.114).

O reconhecimento da importância do professor na formação de pessoas de bem, de cidadãos, de profissionais, é inegável. Nenhum estudo conseguiu trazer dados concretos de quando cessa a influência do professor sobre a vida de um estudante.

O cenário descrito no estudo aponta para a necessidade de uma nova arquitetura das licenciaturas para melhor servir a sociedade. Entende-se que a colaboração entre poder público, IES privadas, empresas e sociedade pode ajudar nos encaminhamentos urgentes que se apresentam: valorização profissional; carga horária que possibilite aos docentes a realização de projetos interdisciplinares e transdisciplinares; formação continuada; infraestrutura adequada; condições de trabalho. Segundo o artigo: O Perfil Do Professor Nas Etapas Da Educação Básica, …“É esse conjunto de políticas de valorização da carreira de professor que vai influenciar na atração de novos profissionais e na permanência de bons professores na docência – bem formados, dedicados à profissão e motivados no preparo de seus alunos. (p.139)”

Nunca se precisou tanto de redes de relacionamento para tecer caminhos que visem o bem para todos. O Papa Francisco, em sua sabedoria evangelizadora, coloca o sentido dessa rede de que precisamos. Ele diz: “Significa unir escolas e universidades para fortalecer a iniciativa educacional e de pesquisa, enriquecendo-se dos pontos de forças de cada um, para ser mais eficazes no âmbito intelectual e cultural... Significa unir os saberes, as ciências e as disciplinas para enfrentar os desafios complexos com interdisciplinaridade e transdisciplinaridade... Significa criar lugares de encontro e diálogo dentro das instituições educacionais e promovê-las com os cidadãos provenientes de outras culturas, tradições, religiões diferentes, a fim de que o humanismo cristão contemple a condição universal da humanidade de hoje... Significa fazer da escola uma comunidade educacional na qual professores e alunos não sejam ligados somente por um plano didático, mas por um programa de vida e experiência, capaz de educar para a reciprocidade entre diferentes gerações.”

O Grupo de Trabalho se coloca à disposição para contribuir, fomentar ações e apoiar todos os órgãos que estão relacionados com a Educação Superior, em especial os que desenvolvem as políticas públicas voltadas para as Licenciaturas e Formação de Professores, para que possamos juntos elaborar políticas públicas assertivas e viáveis para viabilizar a continuidade e melhorias para os cursos de Licenciaturas e Formação de Professores.

**Grupo de Trabalho de Licenciaturas e Formação Continuada da ANEC**

Brasília, 12 de dezembro de 2018.

O documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da ANEC, demonstra o cenário da educação nacional, desta forma, àa ANEC apresenta a proposta de pensarmos em conjunto em políticas públicas que contemplem as Licenciaturas e a Formação Continuada de Professores. E assim, nos colocamos à disposição para colaborar na elaboração de estratégias e ações necessárias para o fomento das Licenciaturas e a Formação Continuada de professores com a qualidade que irá destacar os nossos profissionais e fará o Brasil avançar em todos os níveis.

“Somente mudando a Educação é possível mudar o Mundo!”

Papa Francisco

**Associação Nacional de Educação Católica do Brasil/ ANEC**

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigo: Perfil do licenciado e sua escolha pela carreira docente: uma análise longitudinal" - Geraldo Andrade da Silva Filho e Adriano Souza Senkevics

Artigo: O Perfil Do Professor Nas Etapas Da Educação Básica - Maria Regina Viveiros de Carvalho

BOF, Alvana Maria; OLIVEIRA, Adolfo Samuel de. Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. Diretoria de Estudos Educacionais (DIRED). INEP/MEC. Brasília, 2018.

Carvalho. Maria Regina Viveiros de. O Perfil Do Professor Nas Etapas Da Educação Básica. Série Documental Relatos de Pesquisa 41. INEP/MEC. Brasília, 2018.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Notas Estatísticas. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). INEP/MEC. Brasília, 2017.

FILHO Geraldo Andrade da Silva; SENKEVICS, Adriano Souza. Perfil do licenciado e sua escolha pela carreira docente: uma análise longitudinal". XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R0349-1.pdf>. Acesso em: 20/02/2019.

GATTI, Bernardete A. et al. A Atratividade da Carreira Docente no Brasil. Estudos & Pesquisas Educacionais, São Paulo, n. 1, p. 139-209, maio 2010.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; MORAIS, Franciane Andrade de e BRANTES, Carolina dos Anjos Almeida. Socio-emotional competences: a key factor on the development of work competences. Rev. Psicol., Organ. Trab. [online]. 2014, vol.14, n.4, pp. 394-406. ISSN 1984-6657.

LUDCKE, Menga. Universidade, escola de educação básica e o problema do estágio na formação de professores. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 95-108, ago./dez. 2009.

MAPA DO ENSINO SUPERIOR. SEMESP 8ª edição. São Paulo. 2018.

PEREIRA Júlio Emílio Diniz. O ovo ou a galinha: a crise da profissão docente e a aparente falta de perspectiva para a educação brasileira. R. bras. Est. Pedag., Brasília, v. 92, n. 230, p. 34-51, jan./abr. 2011.

RUIZ Antonio Ibañez; RAMOS Mozart Neves; HINGEL Murílio. Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB). Brasília, maio 2007.

WEBBER Orly Marion. Tecnologia Aplicada à Educação nos cursos de Licenciaturas Revista Diálogo Educacional - v. 3 - n.6 - p.69-79. São Paulo. maio/agosto, 2002

ANEC

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL